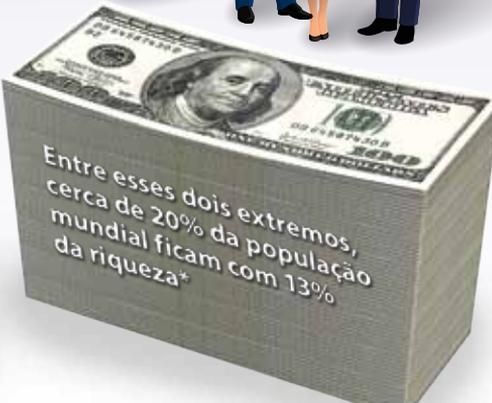


ECONOMIA Estudo da organização não governamental Oxfam International chama atenção para as crescentes desigualdades socioeconômicas, que condicionam as oportunidades de bilhões de pessoas e colocam em xeque a legitimidade da democracia



84% da riqueza mundial estão nas mãos de apenas 10% da população do planeta, enquanto os 70% mais pobres detêm apenas 3% das riquezas*



Entre esses dois extremos, cerca de 20% da população mundial ficam com 13%*

*Valores aproximados.
Fonte: Global Wealth Report 2013,
Zurich: Credit Suisse

Muito para poucos

“Não adianta apenas dar o peixe, é preciso ensinar a pescar”, diz o antigo provérbio. Apesar da sua inegável sabedoria, cabem algumas questões: e se alguns pescadores receberem mais instrução do que outros? E se, desde a mais tenra idade, alguns forem mais bem alimentados do que outros? E se as condições sanitárias em que vivem alguns forem melhores que as de outros? E se alguns pescarem muito e ganharem pouco, enquanto outros pescarem pouco – ou nada – e ganharem muito?

Basta um rápido olhar para perceber que as condições dos pescadores de nossa “aldeia global” (como diria Marshall McLuhan) são bem diferentes. Mais do que isso, condicionam consideravelmente o desenvolvimento das futuras gerações. Essa é uma das importantes conclusões de um estudo publicado pela organização não governamental Oxfam International em janeiro deste ano. Intitulado *Working for the few* (“Trabalhando para poucos”), o documento chama a atenção para as crescentes desigualdades socioeconômicas, que nos últimos anos têm sido motivo de grande preocupação não apenas para

cidadãos e movimentos sociais, mas também para políticos, economistas e empresários.

Meritocracia?

“A igualdade de oportunidades é um princípio central de sociedades modernas inclusivas. Ela implica em que os êxitos e as conquistas de uma pessoa não deveriam ser determinadas por raça, gênero, família ou qualquer outra característica imutável. Há fortes argumentos para defender um certo nível de desigualdade de renda em qualquer sociedade, na medida em que ela pode resultar do empreendedorismo, do esforço e do mérito; mas poucas pessoas se oporiam à igualdade de oportunidade para todos”, afirma o texto produzido pela ONG (disponível apenas em inglês).

No entanto, “evidências recentes demonstram que a desigualdade de renda e a desigualdade de oportunidade estão altamente relacionadas: o futuro de uma criança é fortemente determinado pelo status socioeconômico de seus pais”, prossegue a organização, com base em pesquisa do professor Miles Corak, da Universidade de Ottawa, no Canadá.

Como se pode ver no gráfico 1, o pesquisador relaciona o coeficiente de Gini (índice numérico em que o zero corresponde à completa igual-

dade de renda e o um corresponde à completa desigualdade) com a influência da renda dos pais sobre os futuros salários dos filhos. Mas o dinheiro não é o único recurso determinante. O acesso à educação, por exemplo, é um elemento fundamental para garantir a mobilidade social. De acordo com a Oxfam, as desigualdades salariais decorrentes dos diferentes níveis de instrução são aceitáveis desde que todas as crianças partam de uma situação de igualdade de acesso à educação de boa qualidade. Quando isso não ocorre, as desigualdades socioeconômicas são perpetuadas de geração em geração.

Desigualdades

De acordo com o estudo, sete em cada dez pessoas vivem em países onde as desigualdades aumentaram nos últimos 30 anos. Mesmo nas nações onde elas diminuíram – como é o caso, inclusive, de latino-americanas, entre as quais o Brasil – a distância entre ricos e pobres continua enorme (ver gráfico 2). Dados do *Global Wealth Report* (“Relatório da Riqueza Global”), produzido pelo banco *Credit Suisse*, indicam que 10% da população global detêm 84% de todas as riquezas do planeta, enquanto os 70% mais pobres (mais de 3 bilhões de pessoas) ficam com apenas 3%, como demonstra a imagem da página ao lado. ➔

Outra informação instigante: nos Estados Unidos, o 1% mais rico da população ficou com 95% da riqueza gerada após a crise econômica internacional de 2008, considerada a maior desde a grande quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Enquanto isso, os 90% mais pobres – cujos impostos foram empregados para financiar o trilionário pacote de recuperação oferecido aos bancos pelo governo norte-americano – foram ainda mais prejudicados.

Consequências políticas

O exemplo norte-americano pode ser bastante ilustrativo também no que se refere às consequências políticas. Em 2010 o presidente Barack Obama propôs a lei *Wall Street Reform and Consumer Protection Act*, também conhecida como *Dodd-Frank Bill*, com objetivo de regular os mercados financeiros e proteger a economia de uma nova crise econômica. No entanto, de acordo com a Oxfam, o setor financeiro gastou cerca de US\$ 1 bilhão

para levar mais de 400 lobistas ao Congresso com a missão de enfraquecer e atrasar a implementação plena dessa lei. Assim, ela foi assinada com apenas 148 de suas 398 regras aprovadas, e “o sistema financeiro continua a ser tão vulnerável a quebras quanto era em 2008”.

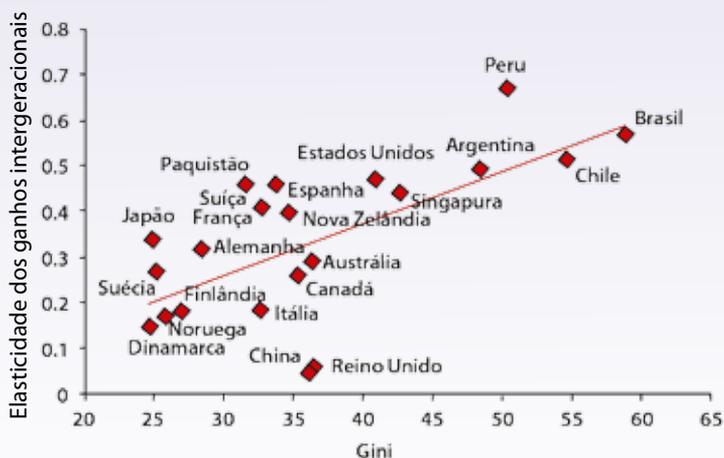
Situações como essa reforçam uma percepção cada vez mais difusa de que a política produz leis que beneficiam apenas os ricos. Uma pesquisa de opinião realizada pela Oxfam em seis países (África do Sul, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Índia e Reino Unido) aponta que a maioria das pessoas (80% dos espanhóis, por exemplo) acredita que os ricos têm grande influência sobre os rumos do país (ver gráfico 3). “Isso representa um desafio para a tentativa de fortalecer a participação política e construir sistemas políticos inclusivos. Como disse o famoso juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, Louis Brandeis, ‘ou temos democracia ou temos a riqueza concentrada nas mãos de poucos, não podemos ter ambas’”.

Causas e soluções

Desregulamentação financeira (ver gráfico 4), sistemas fiscais distorcidos, regras que facilitam a evasão, austeridade econômica, políticas que prejudicam as mulheres e concentração das riquezas produzidas pela exploração de petróleo e minerais são algumas das causas das desigualdades apontadas no documento produzido pela Oxfam, com base na análise da economia de países de diferentes continentes. Diante disso, a ONG fez algumas recomendações aos participantes do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, em janeiro deste ano. Entre as propostas constavam: a abstenção da evasão fiscal e do lobby político nos países em que as empresas operam; o apoio à taxação progressiva sobre a riqueza ou a renda; a garantia de salários dignos.

Para o sociólogo Marcelo Seráfico, da Universidade Federal do Amazonas, deve-se romper com a “ética do ganho ilimitado” que, segundo ele, sustenta as atuais desigualdades, cujo motor é “a negação

Gráfico 1 – A medida em que os ganhos dos pais determinam o rendimento dos filhos



Fonte: M. Corak (2012). Inequality from generation to generation: the United States in comparison

Gráfico 2 – Sete em cada dez pessoas vivem em países onde as desigualdades aumentaram nos últimos 30 anos. Confira os atuais níveis de desigualdades em países ricos e emergentes

| | Economias desenvolvidas | Mercados emergentes |
|--|---|--|
| Desigualdade MUITO ALTA Riqueza dos 10% mais ricos > 70% | Hong Kong Suíça Estados Unidos | Argentina Peru Brasil Filipinas Rússia Índia África do Sul Indonésia Tailândia Malásia Turquia |
| Desigualdade ALTA Riqueza dos 10% mais ricos > 60% | Áustria Dinamarca Alemanha | Israel Noruega Suécia Chile China Colômbia Rep. Checa Arábia Saudita Taiwan Coréia |
| Desigualdade MÉDIA Riqueza dos 10% mais ricos > 50% | Austrália Canadá Finlândia França Grécia Irlanda Itália | Holanda Nova Zelândia Portugal Singapura Espanha Reino Unido |
| Desigualdade BAIXA Riqueza dos 10% mais ricos < 50% | Bélgica Japão | Emirados Árabes Unidos |

de qualquer limite, a superação de todo e qualquer constrangimento que controle ou reduza o ganho, o lucro". "Dificilmente se caminhará o necessário caso não se enfrente o problema do aprisionamento do Estado pelos interesses específicos, particularmente, os interesses das finanças. Talvez seja suficiente mencionar que cerca de 40% do orçamento público brasileiro, em 2014, estava comprometido com o mercado financeiro. É em nome dele, não das políticas de educação, saúde, renda, saneamento etc., que são adotadas políticas de austeridade e 'responsabilidade' fiscal", argumenta o professor (confira a entrevista completa no nosso site).

Já o economista Carlos Braga, do IMD (International Institute for Management Development), de Lausanne, Suíça, acredita que "há um pouco de exagero" nas recomendações da Oxfam. "Que a desigualdade acima de um certo patamar cria custos sociais e políticos significativos, eu concordo. Mas como lidar com isso é uma questão mais complicada. Se você acredita que é um problema de avareza, de capacidade de o setor financeiro dominar esses lucros excessivos, então a solução da Oxfam está correta. Se você acredita, por outro lado, que na realidade o que nós estamos vendo hoje em dia está mais associado a desenvolvimentos estruturais, como, por exemplo, o fato de que tecnologias estão fazendo o retorno à educação aumentar, particularmente a educação terciária, para você poder trabalhar com computadores, inteligência artificial etc., então a solução não é mais tributação. Não que a tributação não tenha um papel a jogar nesse processo, mas é muito mais a questão da educação", afirma Braga (confira entrevista completa no site). ■

Bruni: "O desenvolvimento compartilhado é o nome novo da paz"

Professor de Economia Política da Universidade Lumsa de Roma e do Instituto Universitário Sophia, o italiano Luigino Bruni é especialista em Economia de Comunhão, Economia Civil, Economia Social, reciprocidade, felicidade na economia e bens relacionais. Nesta entrevista, ele comenta o estudo da Oxfam International.

A solução para as crescentes desigualdades no mundo virão das elites econômicas? Qual é o papel das organizações da sociedade civil e dos cidadãos?

Acredito pouco nas elites, que são dominadas por poderes financeiros cada vez mais fortes. Em vez disso, acredito muito na potencialidade dos cidadãos, no poder do consumo consciente. Na Itália, por exemplo, o movimento *Slotmob*, contra jogos de azar, começou um ano e meio atrás, por iniciativa de seis pessoas bem motivadas e organizadas nas mídias sociais e nas suas bases territoriais. Até agora fizemos 80 eventos em toda a Itália e estamos para conquistar, nos próximos dias, uma nova lei no Parlamento que reverte completamente as normas dos jogos de azar em benefício dos cidadãos. Se nos organizarmos, temos um poder imenso para orientar a conduta dos grandes *lobbies*, mas precisamos de mais consciência e mais organização. Imagine o poder que milhões de cidadãos teriam em todo o mundo, que, a partir das bases, premiam ou punem, com suas compras, os produtos das grandes multinacionais. É verdade que, com o capitalismo global, aumentou a força dos grandes *lobbies*, mas também é verdade que aumentou o poder dos cidadãos. Porém, é necessário que eles estejam coordenados e organizados:

se a oferta de bens se move em nível global, também a demanda deve ter uma dimensão global, caso queiramos orientar esse capitalismo de uma forma diferente e mais equitativa.

O Fórum Econômico Mundial foi criado pelo economista Klaus Schwab com base no stakeholder principle, conceito segundo o qual a gestão de uma empresa não deve servir apenas aos seus acionistas, mas também aos interesses de todas as partes envolvidas, incluindo empregados, clientes, fornecedores, governo e a sociedade civil. Qual a distância entre esses princípios e a realidade das empresas que anualmente participam do Fórum?

Ainda estamos muito longe dos objetivos declarados pelo fundador, porque por enquanto Davos é um clube de ricos que falam entre eles e aos políticos. No ano passado propus ao Vaticano que organizássemos uma "Davos dos pobres" e realizamos em julho um primeiro evento, que reuniu 80 representantes de associações, para dar voz também aos pobres. Faço votos de que essa iniciativa tenha continuidade e ganhe maior peso nos próximos anos.

As soluções propostas no estudo da Oxfam são possíveis sem a intervenção dos Estados e a regulação do direito internacional? Como viabilizar essas soluções se os Estados são fortemente influenciados pelo poder econômico que devem regular?

Sem os Estados não é possível mudar radicalmente essa situação. ➔

Pensemos no escândalo dos paraísos fiscais, tolerados e desejados pela comunidade econômica mundial, que produzem purgatórios e infernos fiscais para todos aqueles que não têm milhões de euros para se permitirem advogados que são autênticos “santos” desses paraísos. Como cidadãos devemos agir de imediato e não esperar os tempos infinitos dos Estados com seus interesses.

O estudo mostra que, nos EUA, o 1% mais rico ficou com 95% por cento do crescimento pós-crise financeira de 2008, que foi debelada com recursos do Estado. Como o senhor vê essa realidade do ponto de vista ético e quais podem ser as suas consequências sociais e políticas?

Vejo como algo ruim. Não podemos ignorar o fato de que esse retorno do terrorismo, que preocupa muito a Europa e o Oriente Médio, tem também razões econômicas. Estudos demonstram que a desigualdade aumenta a violência e os confrontos étnicos. Se queremos evitar micro e macro confrontos de civilizações, devemos mudar as regras do jogo. Somente co-

locando os países mais pobres (penso no continente africano em particular) em condições de desenvolver-se economicamente e, portanto, socialmente, será possível uma paz duradoura. O desenvolvimento compartilhado é o nome novo da paz.

No Brasil, embora tenha ocorrido uma diminuição da pobreza e das desigualdades nas últimas décadas, ainda há uma grande distância entre ricos e pobres e enfrentamos grandes problemas nos serviços públicos básicos, como saúde e educação. Quais devem ser os próximos passos?

A riqueza das pessoas é uma soma de bens privados (renda) e bens públicos (entre os quais serviços, assistência, educação etc.). A Europa hoje tem 7% da população mundial, 20% do PIB mundial e 40% da despesa mundial com bem-estar social. Esses 40% foram essenciais também para o PIB, a riqueza econômica. Hoje o Brasil deve continuar os investimentos nos bens públicos, saúde e sobretudo educação, e não deve permitir que seja colonizado por um pensamento único

global de matriz anglo-saxã, que quer nos convencer de que o individualismo é o paraíso e que as comunidades são o inferno. O Brasil pode se tornar um farol para os povos se for capaz de fazer que sua vocação comunitária e relacional torne-se um caminho alternativo à economia de mercado.

Qual sua visão de futuro?

Estou convencido de que o capitalismo financeiro do século 21 representa uma involução do Ocidente e do mundo. O dinheiro está recriando um “neofeudalismo”, onde os ricos compram tudo, quase que até a morte. Em um mundo onde a moeda compra tudo, o dinheiro se torna tudo e ficamos dispostos a vender até nós mesmos e os nossos filhos para tê-lo. Há uma necessidade extrema de um grande projeto cultural, a partir das escolas, das igrejas, dos movimentos, que produza o quanto antes uma redução da economia na nossa vida. E que, no espaço liberado, coloquemos mais encontros, mais beleza, mais poesia, mais comunidade, um relacionamento menos predatório com o meio ambiente e com os pobres. Mas é necessário começar imediatamente, aqui e agora. ■

Gráfico 3 – A Oxfam pediu que cidadãos de seis países dissessem se concordavam ou não com a afirmação: “os ricos têm muita influência nos direcionamentos do país”

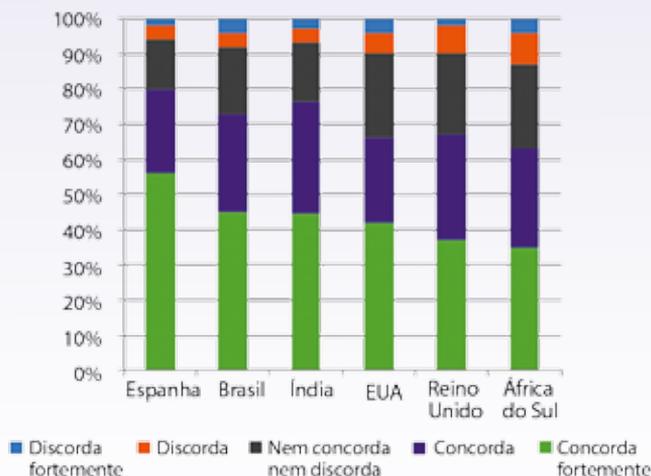
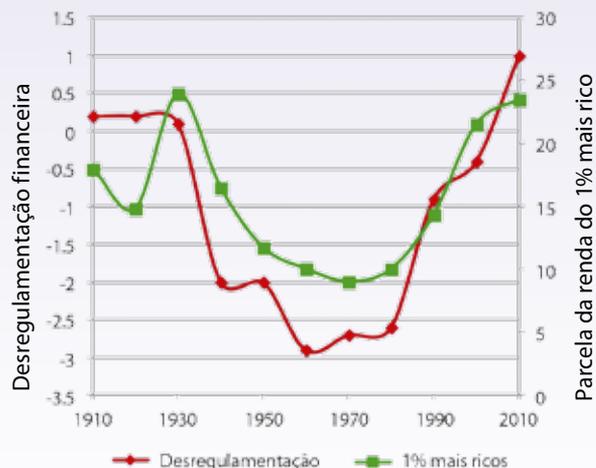


Gráfico 4 – Relação entre desregulamentação financeira e desigualdade nos EUA



Fonte: Financial Deregulation, <http://www.nber.org/papers/w14644.pdf>; Income Share: Piketty and Saez (2003, 2012)